CAMÕES

CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Nº 226 • 3 a 16 de fevereiro de 2016
Suplemento da edição nº 1183, ano XXXV, do JL, Jornal de Letras, Artes e Ideias com a colaboração do Camões, I.P.

Seminário de Cooperação Internacional

Pág. 2/3

FOTO ANTÓNIO PORTUGAL / CICL DR

Camões, I.P. apoia cátedra UNESCO na Universidade Eduardo Mondlane

Pág.4

Universidade de Havana cria leitorado de língua portuguesa

Pág.4

Arte urbana portuguesa em Roma

Pág.4

Seminário

Cooperação é instrumento fundamental da política externa portuguesa

O governo português quer afirmar a cooperação para o desenvolvimento como um «instrumento fundamental» da política externa portuguesa, declarou a Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Teresa Ribeiro, na sessão de abertura do Seminário de Cooperação Internacional, dedicado aos temas do Desenvolvimento, Língua e Cultura, que decorreu a 7 de janeiro, na sede do Camões, I.P., em Lisboa.

Teresa Ribeiro sublinhou que o executivo pretende reforçar a aposta na cooperação portuguesa com o objetivo de lhe garantir «uma marca identitária mais forte, mais apta à internacionalização, com maior diversificação de modelos de financiamentos».

Apontou como prioridades os países de língua portuguesa, mas sublinhou ser necessário alterar a relação «doador/recetor», avançando para um modelo «baseado em verdadeiras parcerias orientadas para o comércio e o investimento, a consolidação institucional e a capacitação das pessoas».

A governante destacou que se trata de «mudar, mas sem ruturas desnecessárias», reforçando os mecanismos de articulação com a política externa portuguesa, com a agenda internacional e melhorando as formas de coordenação e parceria.

Reconhecendo constrangimentos orçamentais existentes em Portugal, a Secretária de Estado indicou na sua apresentação que, entre as medidas previstas, está «a recuperação do orçamento do CICL [Camões – Instituto para a Cooperação e a Língua] através de recurso a diferentes fontes de financiamento», bem como «a utilização mais eficaz da APD [Ajuda Pública ao Desenvolvimento] como catalisadora de fontes de financiamento europeias e internacionais», o reforço das equipas do Camões, I.P. dedicadas à cooperação delegada da União Europeia, a novos mecanismos de financiamento (*blending*) e à elaboração de programas cofinanciadas pelo setor privado» e ainda a «negociação de parcerias sustentadas com agências de cooperação de países terceiros».

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, que dedicou a sua intervenção, na sessão de encerramento, à política da língua portuguesa, sublinhou que importa valorizar esse ativo que não pode ser reduzido ao seu valor económico (v. texto neste suplemento).

No seminário que contou com a presença de muitos chefes de missão e responsáveis na rede externa pela ação cultural e pela cooperação, bem como parceiros de ministérios setoriais, a primeira intervenção esteve a cargo de Jaime Reis Conde, da Comissão Europeia, que abordou as prioridades da polícia europeia de cooperação para o desenvolvimento.

A intervenção de Stuart MacDonald, da Universidade de Edimburgo, foi dedicada às relações culturais externas e diferentes modos de abordagem (v. texto neste suplemento), seguindo-se apresentação de projetos no domínio da cultura e desenvolvimento: o primeiro envolvendo países da região do Norte de África e Médio Oriente (MENA), apresentado por Svetlana Sequeira Costa, a que se seguiu Margarida Calafate Ribeiro, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, que expôs diversos projetos centrados nos países de Língua Portuguesa, de que destacou os Patrimónios de Influência Portuguesa e os projetos sobre Literaturas de Língua Portuguesa em África.

Na secção parcerias, intervieram Joana Fins Faria, Subdiretora Geral das Artes, Ana Miranda, do Arte Institute de Nova Iorque, e o historiador e investigador Miguel Bandeira Jerónimo, cuja intervenção se centrou na apresentação da exposição preparada com o Camões, I.P. sobre contextos e protagonistas de Portugal na Grande Guerra.

Teresa Ribeiro

FOTO ANTÓNIO PORTUGAL / COL. DR

A língua portuguesa vale por si – Augusto Santos Silva

Augusto Santos Silva

FOTO DR

Uma afirmação do valor intrínseco da língua portuguesa foi feita pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, no encerramento do *Seminário de Cooperação Internacional – Desenvolvimento, Cultura, Língua – Portugal no Mundo*, promovido a 7 de janeiro pelo Camões, I.P. em Lisboa, com a participação de chefes das missões diplomáticas de Portugal e ainda de representantes de entidades que trabalham em parceria com o instituto.

Augusto Santos Silva indicou que «a valorização e o desenvolvimento da política de língua é uma das prioridades principais da política externa portuguesa», revelando – no termo da sua intervenção de mais de 40 minutos inteiramente dedicada ao tema –, que o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) está a preparar uma reunião sobre as «questões práticas de desenvolvimento da política da língua». O ministro frisou não pretender mais do que «desenvolver, incrementar e atualizar a ação que tem sido desenvolvida no âmbito do MNE, felizmente há muitos anos».

O chefe da diplomacia, que procurou responder aos problemas de saber como valorizar o «precioso recurso que é a língua portuguesa» e de como organizar a ação para o alcançar, dividiu a sua abordagem à política da língua portuguesa em aspetos de «natureza conceptual» e outros de «natureza empírica», situando no primeiro campo saber «como se deve medir o valor da língua portuguesa».

Colocando a questão no quadro de movimentos pendulares de que a política seria objeto – «o pêndulo oscila para um lado, é preciso fazê-lo oscilar para o outro, para que atinja outra vez o ponto de equilíbrio» – Santos Silva afirmou que durante anos foi esquecido que «o valor de uma língua, e em particular o valor da língua portuguesa, excedia muito o seu valor próprio como língua de expressão, de comunicação e de cultura». A língua, disse, também possui valor como instrumento de trocas de natureza económica e comercial, tendo assim «um valor económico, que aliás se pode estimar» – mas que «não se pode medir no sentido preciso da palavra» –, *démarche* que o ministro atribuiu à necessidade de corrigir a habitual subvalorização do valor económico da língua. Foi assim, evocou, que foram realizados estudos muito importantes, um dos quais chegou mesmo, segundo disse, «a traduzir num valor o impacto da língua portuguesa, calculado por relação com o PIB nacional».

POESIA E COMÉRCIO EXTERNO

O «ponto de equilíbrio» em que agora se está significa, segundo Augusto Santos Silva, catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Porto e antigo ministro em sucessivos governos, que «percebe muito bem o valor da língua para os negócios quem começa por perceber o valor de uma língua como expressão pessoal e coletiva, comunicacional e cultural; percebe mal o valor económico de uma língua quem quer perceber o valor de uma língua a partir da dimensão económica». «É muitíssimo importante perceber que a língua portuguesa é também – vamos dizer, assim com toda a clareza – uma língua de negócios – é muito importante dizer isto –, se nós percebermos inteiramente o sentido de expressões como aquela expressão fabulosa que o nosso Vergílio Ferreira [escritor, 1916-1996] usou quando recebeu em Bruxelas um grande prémio internacional e disse, mais ou menos isto: 'como é que eu caracterizo a minha língua, bom, da minha língua vê-se o mar'». Desta frase «densamente poética», bem como da «beleza» da cantiga de amigo de João Roiz de Castelo-Branco *Senhora, partem tão tristes*, de que o ministro declamou um passo na sua intervenção, Santos Silva retira que se percebe «a enorme beleza de dizer isto na língua portuguesa» e, quando isso se percebe, rapidamente se percebe também «o valor central da língua para as trocas, incluindo para as trocas chãs, necessárias mas um pouco cruas, da indústria, do comércio, dos serviços e do turismo». «Se esquecer a primeira dimensão, não consigo perceber a segunda», sintetizou.

Daqui decorre que aquilo que o MNE pede ao Camões, I.P., «como instituto ao serviço do Estado encarregado de executar a política da língua portuguesa na sua frente externa e internacional» é, «em primeiro lugar, que cuide da língua portuguesa como a língua das pessoas comuns, como a língua dos poetas, romancistas, como a língua dos escritores, como a língua das pessoas cultas, como a língua das pessoas que se exprimem e comunicam entre si em português e, depois, naturalmente, logicamente» ajudar «a valorizar o enorme potencial económico da língua portuguesa».

Reforçando esta tónica, o governante considerou ainda que «a melhor

maneira de chegar à economia é não instrumentalizar, não reduzir ao valor económico os enormes recursos que temos, desde logo, (...) linguísticos e culturais». «Não é preciso – pelo menos enquanto eu for ministro dos Negócios Estrangeiros – justificar ações dizendo 'atenção, isto é muito importante para o comércio externo'. Percebo a importância para o comércio externo de qualquer ação de promoção da poesia portuguesa. Percebo a importância para o investimento português no estrangeiro das ações de promoção de escritores portugueses nos países em que nós queremos fazer investimento. E percebo a importância de valorizar as artes contemporâneas portuguesas em países cujo investimento direto estrangeiro produtivo queremos atrair. É por perceber isso que peço ao Instituto Camões [Camões, I.P.] que nunca descure em nenhuma circunstância o tratamento da língua como aquilo que ela é – basta por si própria, a língua portuguesa, essa tal língua de que nós vemos o mar».

Ainda no âmbito das questões conceptuais, o ministro chamou a atenção para a «necessidade de entender e organizar a ação de promoção internacional da língua portuguesa como uma ação em plataforma», considerando que «a posição e o trabalho do Instituto Camões é aqui essencial, porque ele é o nó central de uma rede que o excede».

NÃO HÁ PRECEDÊNCIA HISTÓRICA

Frisando que os falantes da variante europeia da língua portuguesa são apenas 10 ou 15 milhões dos 250 milhões de pessoas que falam português, de vários continentes, países, povos e nações, que «a falam, a escrevem e a dizem de forma naturalmente diferente», Santos Silva defendeu que «não há nenhuma variante que tenha precedência sobre a outra, não há nenhum país que tenha direitos de autoridade ou de precedência histórica sobre os outros, não há nenhum povo que possa arrogar-se ter o monopólio de escrever bem ou falar bem o português».

«É esta enorme riqueza na diversidade que queremos potenciar quando queremos desenvolver uma política da língua». Para tal, o ministro afirmou que «só há uma maneira» de o fazer: «trabalhar numa lógica de plataforma, isto é, numa lógica de encontro, de múltiplas parcerias, (...) de geometria variável, mas uma lógica de que o Instituto Camões é um nó absolutamente central, nomeadamente como um centro de articulação e como uma base de recursos que podemos acionar em cada momento».

O seu «sonho» em relação à ação do seu Ministério é que ela se desenvolva não só a partir, em particular, do Camões, I.P., mas também «das universidades portuguesas, dos institutos politécnicos portugueses, das fundações portuguesas que se dedicam a esta área, da sociedade civil, das empresas que financiam leitorados, por exemplo», esperando que isso tenha um «efeito multiplicador».

Augusto Santos Silva debruçou-se depois sobre diversos elementos de «abordagem empírica», começando pelo Acordo Ortográfico (AO) – a ser aplicado obrigatoriamente no Brasil desde 1 de janeiro passado –, que descreveu como «uma política, cujo racional» é a manutenção da diversidade da língua sem se entrar «em derivas que ponham em causa a [sua] unidade».

O governante focou ainda os «vários canais (...) que a ação do Instituto Camões usa e bem», referindo os 67 centros de língua portuguesa espalhados pelo mundo, o Centro Virtual Camões («muito importante, quer do ponto de vista dos recursos que disponibiliza quer do ponto de vista da educação e do ensino à distância, do ponto de vista do chamado *e-learning* e da certificação associada»), as 163 bolsas que representam apoios a pessoas e instituições na sua capacitação, «em particular na formação em ensino, em tradução e interpretação, na investigação», e a rede de ensino básico e secundário, «que beneficia hoje cerca de 50 mil alunos, envolve 315 professores e está instalada em vários países nos quais as comunidades portuguesas têm uma expressão muito relevante».

Nesta enunciação, Santos Silva destacou o que designou como «rede apoiada», descrevendo-a como «uma estratégia de integração progressiva do português nos currículos nacionais das sociedades de acolhimento, como língua estrangeira, disponível não só para os falantes de português, como (...) sobretudo para todos os alunos» que a entendem aprender e usar como «um dos seus recursos valiosíssimos em matéria de desenvolvimento pessoal de futura inserção profissional». Segundo o ministro, é neste último canal que se deve insistir, não «apenas por uma razão de ordem económica ou financeira», mas porque «esse é o caminho mais sólido de consolidar a presença do português como língua global» e expandir «a influência da língua, da cultura e da sociedade portuguesa». É também o mais sustentável, em particular em países com os quais Portugal tem ligações históricas ou em que existe uma presença muito importante de portugueses e de interesses portugueses. Augusto Santos Silva citou a este propósito os projetos-piloto de Espanha e Namíbia e referiu que «já estão envolvidos nesta dimensão 481 professores e que o conjunto das duas dimensões, a chamada rede oficial e a chamada rede apoiada», chegam a cerca de 160 mil alunos.

Sobre a presença da língua portuguesa e do seu ensino no superior – em 357 instituições, abrangendo cerca de 90 mil estudantes e mobilizando 644 docentes –, o chefe da diplomacia portuguesa disse que, além do «instrumento relativamente tradicional» representado pelo leitor ou leitora enviado pelo Camões, I.P., surge cada mais uma rede alargada de parcerias «com instituições locais, seja no plano mais da investigação, como a disseminação das cátedras Camões, seja no plano do apoio e da comparticipação no recrutamento e remuneração de docentes locais». O Camões, I.P. está assim presente em 84 países, «esforço [que] não tem paralelo no universo dos países de língua portuguesa». «O Instituto Camões tem também à nossa escala e ao nosso nível um papel que é em tudo equivalente ao papel de grandes institutos de promoção de grandes línguas europeias – como o Instituto Cervantes, o Goethe Institute ou outros».

PAPEL DAS UNIVERSIDADES

O ministro referiu-se ao potencial que representam para a internacionalização da língua portuguesa os 35 mil estudantes de 200 diferentes nacionalidades que atualmente estudam em instituições do ensino superior em Portugal. Parte estuda em inglês, mas outra parte frequenta cursos em português. Augusto Santos Silva disse ser preciso que «quem faça o que nós fazemos aqui esteja em contacto com quem faz o que está a ser feito, por exemplo na Universidade de Coimbra – que é a universidade portuguesa que tem a maior proporção de estudantes estrangeiros a frequentá-la».

Nesta linha, Santos Silva destacou «esta grande área do trabalho que as universidades e os institutos politécnicos portugueses, em particular as escolas superiores de comunicação e as escolas superiores de educação, estão a ter com congéneres dos vários cantos do mundo, em torno, justamente, do ensino do português». Depois de detalhar as várias modalidades dessas parcerias, o ministro falou do trabalho levado a cabo pelos embaixadores portugueses, relevando os casos da Namíbia e de Espanha, onde «só na Comunidade da Extremadura estarão 30 mil estudantes inscritos na disciplina de português», tal como em Portugal há alunos inscritos nas disciplinas de alemão, inglês, espanhol, francês, mandarim ou outra que as escolas ofereçam.

O chefe da diplomacia evocou ainda os novos projetos que o Camões, I.P. desenvolve a partir deste ano, com destaque para a cátedra que vai ser lançada na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, resultante de uma triangulação entre Portugal, Moçambique e a UNESCO, bem como o «trabalho dos privados» na promoção da cultura e da língua, entre os quais mencionou três fundações – FLAD, Calouste Gulbenkian e Oriente.

Num «último momento empírico», o ministro debruçou-se sobre «o muito que se tem de fazer no domínio absolutamente nevrálgico da produção e disponibilização de conteúdos em português na internet». Posicionando-se contra a corrente do que espera seja a «moda passageira nas universidades» de pôr conteúdos em inglês na internet, Santos Silva sublinhou que «a presença forte da língua portuguesa na internet é absolutamente essencial, porque a grande escola que existe precisamente para todas as idades é a internet» e sendo essa escola de «autoaprendizagem», «a única maneira de influenciar essa autoaprendizagem é facilitar, disponibilizar, promover conteúdos».

A concluir, o ministro dos Negócios Estrangeiros afirmou que se as responsabilidades na política da língua são partilhadas com os ministérios da Educação, da Ciência e Tecnologia e do Ensino Superior, do Ministério da Cultura «e por aí adiante», «o Instituto Camões é o nó central desta organização e é isso que deve ser».

Stuart McDonald

Redes sociais digitais abrem 'caixa de Pandora' para institutos culturais

Stuart McDonald

FOTO ANTÓNIO PORTUGAL / CICL DR

O impacto e as mudanças que a revolução trazida pelos media digitais e pelas redes sociais estão a trazer ao campo cultural foi o foco da intervenção de Stuart McDonald, antigo alto funcionário da administração britânica, fundador e diretor executivo do Centro para as Relações Culturais (CCR) da Universidade de Edimburgo, na Escócia, Reino Unido, no Seminário de Cooperação Internacional, promovido a 7 de janeiro pelo Camões, I.P., em Lisboa.

O CCR, lançado em novembro de 2013, desenvolve «investigação sobre a troca de conhecimento como ponto focal, estudando as relações culturais internacionais» com o «objetivo compreender o que se passa globalmente e como isso interage com as condições locais». Até agora, o centro tem-se concentrado em grandes categorias de investigação, como as perceções, influências, relações e aquele que é «o objetivo de qualquer política externa ou de qualquer política nacional que é a alteração de comportamentos», que se pretendem obter através do investimento da UE na ajuda ao desenvolvimento, na cultura ou noutro campo qualquer.

«A questão principal é percebermos como é que a cooperação internacional realmente funcionará no século XXI, para resolver as questões globais», considerou McDonald. E aí, o impacto da tecnologia de comunicação digital ocupa atualmente um lugar de grande importância. «Uma das razões é que (...) a tecnologia de comunicação digital não só junta pessoas em redes, como isso está a acontecer de forma crescentemente rápida, mais barata – o custo marginal de publicação na internet é zero atualmente – e torna o mundo mais complicado».

«É inevitável que a sociedade civil global, e todo um conjunto de informadores e atores não estaduais tornam os seus pontos de vista conhecidos do mundo e procurem influenciá-lo e contestar as narrativas de Estados e organizações multilaterais, como a UE. Isso está a acontecer cada vez mais», garantiu. Pelo que, «abreviando uma longa história, se queremos influenciar as pessoas nas redes sociais precisamos de associarmo-nos a algo que já é bem conhecido. Estar certo mas não ser visto por ninguém não leva a qualquer lado. Se queremos ter impacto temos de estar aliados a alguém que já está a ter impacto. Eis uma razão para reforçar a cooperação internacional», defendeu o diretor do CCR.

«O que isto faz é abrir uma caixa de Pandora de todo um conjunto de oportunidades para os institutos nacionais para a cultura», considerou. «O mundo está a mudar. A produção, distribuição e consumo cultural estão a mudar também. A noção de hibridação cultural não é uma nova, existe desde os anos de 1990. O que significa é que qualquer pessoa, independentemente de onde vá no mundo, existe tanto localmente como globalmente. E por esta questão cultural, a cultura é importante, porque é difusa, está em todo o lado, é ubíqua. (...) Não há comunicações que tenham lugar fora dos quadros culturais de compreensão. Isso não pode acontecer, quase que por definição».

Stuart MacDonald falou também da investigação conduzida pelo centro que dirige para a EUNIC (*European Union National Institutes for Culture*), apresentada há 6 meses em Madrid, na assembleia geral da associação, sobre a cooperação no campo da cultura e da diplomacia cultural entre os Estados europeus com vista a um melhor acesso aos instrumentos estratégicos que a União Europeia estava a criar. O estudo mostrou, segundo o especialista britânico, que «essa cooperação internacional pode ser melhorada» e que com ela «há muito mais oportunidades para os países, em particular para pequenos países da UE não só acederem a financiamento desta, mas também para atingirem objetivos comuns em terceiros países». Alertou no entanto, que, se há na UE «uma tendência para a colaboração», por um lado», por outro «há uma crescente competição e discussão entre os estados membros sobre a alocação de recursos», porque «a quantidade de dinheiro que pode ser libertada de orçamentos já sob pressão é cada vez menor».

Neste contexto de orçamentos apertados, o especialista britânico destacou a importância das atividades dos institutos nacionais para a cultura no campo do desenvolvimento, tanto nacional como global, dando como exemplo o British Council, de que uma parte crescente do orçamento é contada a título de ajuda ao desenvolvimento do Reino Unido.

Arte urbana portuguesa em Roma

Uma exposição em abril próximo, no Museu de Arte Contemporânea de Roma, culminará a apresentação dos cinco artistas portugueses que participam no projeto de arte urbana *Forgotten*, que decorre desde setembro passado na capital italiana numa iniciativa de Hugo Dias e Alessandra Arpino, que conta com patrocínio de diversas entidades, entre as quais a Embaixada de Portugal em Roma e do Camões, I.P.

São cinco os artistas plásticos portugueses – «cada um deles dotado de uma técnica muito pessoal e apreciada nos últimos anos na Europa e no Mundo», segundo um texto de apresentação do projeto – a executar pela primeira vez murais e instalações urbanas na cidade de Roma em zonas que, como o próprio nome do projeto indica, foram, com o passar dos anos «negligenciadas ou mesmo 'esquecidas'», chamando assim a atenção para elas, «proporcionando um novo olhar sobre as mesmas» e «devolvendo-as à cidade».

A exposição, que constitui a segunda parte do projeto e foi pensada para críticos, instituições e cidadãos, narra a experiência da primeira parte, a da realização das obras/murais com o envolvimento ativo do público.

A iniciativa conta com a participação de cinco grandes nomes da street art portuguesa: AddFuel, Frederico Draw, Eime, MaisMenos e Bordalo II, o artista convidado para a terceira etapa do projeto, que à data do fecho desta edição estava previsto que fosse apresentada a 24 de janeiro num *brunch* «com ingredientes portugueses, explorando ambos os temas da arte e da cultura gastronómica portuguesa».

No decurso da apresentação do trabalho são organizados passeios para discutir aspetos relacionados com o tema abordado pelo artista. São apresentadas as serigrafias de artistas envolvidos no projeto, e para continuar a campanha de recrutamento de fundos para a próxima etapa.

O trabalho de Add Fuel (Diogo Machado), realizado em setembro, está localizado na Piazza della Marina, perto da Piazza del Popolo. Com *stencils* e spray, Add Fuel «construiu um diálogo entre o azulejo e as características da ornamentação medieval de mármore romano da época». Frederico Draw (Frederico Soares Campos) pintou entre outubro e novembro, de 2015, por altura no aniversário da morte de um dos maiores realizadores de cinema italiano, Pier Paolo Pasolini, um mural em sua homenagem num edifício industrial, a antiga fábrica de Mira Lanza. A obra de Bordalo II, artista urbano conhecido por «utilizar materiais descartáveis: bicicletas usadas, pneus e peças de automóveis que dão vida às suas obras zoomórficas, com cores vivas, que refletem a ameaça de um facto adverso e de uma realidade urbana sempre mais invasiva», situa-se na Estação ferroviária de São Pedro, abordando o «tema das mudanças radicais das áreas urbanas».

Universidade de Havana vai criar leitorado de língua portuguesa

FOTO WAGNER T. CASSIMIRO / CC

Um leitorado de língua portuguesa vai ser criado na Universidade de Havana, um processo já em fase de implementação depois da assinatura, em dezembro passado de um protocolo de cooperação entre o Camões, I.P. e a Universidade de Havana.

O reitor da Universidade de Havana, Gustavo Cobreiro Suárez, aceitou entretanto o convite endereçado pelo Camões, I.P. para visitar Portugal.

Durante uma deslocação do Embaixador de Portugal em Cuba, Luís Faro Ramos, à Universidade de Havana, a 19 de janeiro, o reitor daquela instituição de ensino superior mostrou interesse em estabelecer ações de cooperação com as universidades de Lisboa, Coimbra, Porto e Évora.

O encontro serviu para estabelecer as bases que poderão levar à criação de núcleos de investigação para doutoramentos, pós-doutoramentos, de intercâmbio de professores e do leitorado de português.

Para além do desenvolvimento da língua portuguesa, Cuba manifestou interesse na colaboração com Portugal nas áreas da física, matemática, biologia, meio ambiente, ecossistemas marinhos, biomateriais, nanociências, energias renováveis, para além do reforço da colaboração já existente com a Universidade de Coimbra nas áreas de farmácia e de química.

Camões, I.P. apoia cátedra UNESCO na Universidade Eduardo Mondlane

FOTO UEM

A criação pela UNESCO em 2016 de uma cátedra de formação de professores de língua portuguesa na região da Comunidade para o Desenvolvimento dos Países da África Austral (SADC, no acrónimo inglês habitualmente usado) – de que fazem parte Angola e Moçambique e de que o português é um dos idiomas oficiais –, está a ser projetada com o apoio do Camões, I.P e da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), de Maputo, que deverá vir a ser a instituição de acolhimento.

O projeto de criação da cátedra UNITWIN [Programa de geminação e redes de universidades] / UNESCO é uma reformulação do projeto de estágios para professores e estudantes das universidades da região da África Austral (inicialmente Projeto *Mais Formação*), que esteve em preparação entre a UEM e o Camões, I.P., e que envolvia além de Moçambique, a África do Sul, a Namíbia e o Zimbabué.

O projeto de criação da cátedra foi desenvolvido a partir da assinatura de um memorando de entendimento entre a UNESCO, o Camões, I.P. e a Universidade Eduardo Mondlane em 26 de março de 2014.

No seu projeto, a UNESCO afirma que no contexto da integração regional da África Austral, o ensino e aprendizagem do português permitirá a mobilidade regional de pessoas e bens, bem como do diálogo político, a paz e a convivência na região. «Nesse sentido, a formação de professores é imperativa para a expansão sustentável desta língua [o português] como língua segunda na região da SADC».

Os objetivos da futura cátedra são cinco: estabelecer uma rede UNITWIN/UNESCO de universidades com formação de professores de português na região SADC e criar uma rede de publicações (revistas, jornais) e um sítio na internet; rever e melhorar os cursos existentes de formação de professores de português e desenvolver programas de pós-graduação na área; organizar e conduzir formadores de professores e cursos de formação de professores (em linha e presenciais); apoiar curricula, programas, políticas e práticas junto de autoridades educativas relevantes e promover a liderança universitária; construir parcerias com instituições públicas e privadas dedicadas à promoção do português na região, desenvolver e implementar uma estratégia de mobilização de recursos.

A rede prevista englobará, em cooperação com o Camões, I.P., seis países da SADC. As universidades que vierem a ser selecionadas reunirão os seus recursos, tanto humanos como materiais, «para resolver o desafio premente da falta de professores, em quantidade e qualidade, para expandir o ensino e a aprendizagem do português com vista ao desenvolvimento económico e social da região».

De acordo com o projeto, a UEM fará a formação de formadores, formadores estes que exercerão a sua atividade nas universidades da região da África Austral. A coordenação e o controlo da qualidade serão feitos por uma equipa conjunta da UEM e do Camões, I.P.

Esta será a segunda cátedra dedicada à língua portuguesa a surgir no quadro da UEM com o apoio do Camões, I.P. A primeira, Português Língua Segunda e Estrangeira, criada em 2008, é tutelada pela professora Perpétua Gonçalves e visa apoiar a investigação científica sobre a aquisição/aprendizagem da língua portuguesa como língua não materna, e sobre o seu ensino em contexto africano multilingue, bem como promover a emergência de investigadores moçambicanos; incentivar a realização de pesquisas na área do português língua não materna; e difundir resultados de estudos sobre o português de Moçambique.

Angola
Manuel Rui lança nova obra de poesia infanto/juvenil

A mais recente obra de poesia infanto/juvenil do escritor angolano Manuel Rui *Duas Abelhas Amigas De Um Girassol*, foi lançada a 21 de janeiro no Centro Cultural Português/Camões, I.P. em Luanda

A obra, com ilustrações de Rosa Cubilo, canta a natureza e o amor, através de uma história da labuta diária de duas abelhas, que sugam o néctar do girassol, num diálogo com dois meninos que passam e temem a ferroada.

Com a conhecida e apurada mestria e sensibilidade poética, Manuel Rui transporta-nos para um mundo de magia, onde não falta a figura do vilão - um «homem com cara de malvado».

Camões no Mundo

Angola
Exposição Artefactos Partilhados, Álvaro Macieira e Paulo Amaral, em homenagem ao artista alemão Horste Poppe, até 19 de fevereiro no Centro Cultural Português/Camões, I.P. em Luanda.

Portugal
Exposição do pintor Bruno Netto, até 15 de fevereiro na sede do Camões, I.P., em Lisboa.

Até o dia 30 de Abril estão abertas as inscrições para a 3ª edição do Guiões-Festival do Roteiro de Língua Portuguesa através do sítio GUIÕES (www.guioes.com).

CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Camões, I.P.
Av. da Liberdade, n.º 270
1250-149 Lisboa
TEL. 351+213 109 100
FAX. 351+213 143 987
www.instituto-camoes.pt
jlencarte@camoes.mne.pt
PRESIDENTE Ana Paula Laborinho
COORDENAÇÃO Paula Saraiva
COLABORAÇÃO Carlos Lobato